CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

PROCESSO N.: - 895/69 - CEE

INTERESSADO: - CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

ASSUNTO : - Sobre normas para exame da indicação do pessoal docente dos Institutos de Ensino Superior mantidos pelos municípios

RELATOR : - Conselheiro WALTER BORZANI

P A R E C E R N. 349/69-CES

Senhor Presidente da Câmara do Ensino Superior

Considerando as reais dificuldades que se apresentam no exame de processos de contratação de docentes de Institutos Municipais de Ensino Superior, dificuldades essas decorrentes da inexistência de normas estabelecidas pelo CEE para esses casos, e considerando ainda os bons resultados alcançados, no processamento de indicações de docentes de Institutos de Ensino Superior mantidos pelo Estado, pela aplicação da Resolução CEE - n. 21/66, bem como das recomendações da CESESP relacionadas com o assunto, justifica-se plenamente, a meu ver, a aplicação de normas e critérios análogos ao caso dos Institutos mantidos por municípios.

Tomo a liberdade, neste particular, de sugerir as seguintes modificações nas propostas de folhas 3 a 12:

Fls. n. 3 - No parágrafo único do Artigo 1º, suprimir as palavras "Sempre que possível".

Fls. n. 3 - Substituir as duas últimas linhas do Artigo 2º por "...competente que encolherá, justificadamente, o candidato a ser indicado, recomendando-se, para tanto, a adoção da escala de valores anexa (Anexo I)".

Fls. n. 4 - Ao item II do Artigo 3º acrescentar "incluindo cursos de especialização, de extensão e de pós-graduação".

4. Fls. n. 6 - No item 2, Títulos Didáticos, as expressões "cursos de extensão ou especialização" e "Cursos de pós-graduação" devera ser acompanhadas da palavra "ministrados".

5. Fls. n. 10 - Acrescentar ao item IV do Artigo 1º "incluindo as relativas a cursos de especialização, de extensão e de pós-graduação".

6. Fls. n. 12 - Na Tabela proposta, acrescentar;

a - uma coluna, entre a 2ª e a 3ª, intitulada "Número de alunos".

b - duas colunas, entre a 7ª e a 8ª, intituladas "Cursos de extensão" e "Cursos de pós-graduação".

c - uma nota de rodapé com a seguinte redação; "Na coluna de observações, citar se o docente realiza e/ou orienta trabalhos de pesquisa, indicando os assuntos correspondentes e, quando for o caso, os trabalhos de tese em andamento".

São Paulo, 21 de agosto de 1969

a) Conselheiro WALTER BORZANI

- RELATOR -

ANTEPROJETO DE RESOLUÇÃO

Normas para o exame da indicação do pessoal docente dos Institutos de Ensino Superior mantidos pelos municípios.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, de conformidade com o item XII, do Art. 29, da Lei Estadual n. 9.865, de 9 de outubro de 1967, e à vista do aprovado na sessão plenária, realizada em

RESOLVE:

Artigo 1º - o processamento da indicação de novo membro do Corpo Docente deve ser precedido de consulta entre o Diretor do Instituto e o Departamento interessado.

Paragrafo único - A existência de vaga devera ser largamente divulgada pela imprensa, marcando-se prazo para recebimento das inscrições. Salvo casos excepcionais justificados, deverão sempre ser considerados dois ou mais candidatos.

Artigo 2º-O Diretor do Instituto submetera as indicações, informadas pelo Departamento respectivo, ao órgão colegiado competente que escolhera, justificadamente, o candidato a ser indicado, recomendando-se, para tanto, a adoção da escala de valores anexa (Anexo I)".

§ 1º-O "curriculum vitae" devidamente documentado observara, em linhas gerais, o modelo anexo, e será datado e assinado pelo candidato (Anexo II).

§ 2º - A juízo do colegiado do Instituto, os candidatos poderão ser entrevistados ou submetidos a uma prova de capacidade para a função.

Artigo 3º - Manifestando-se, favoravelmente, o órgão colegiado do Instituto, o Diretor oficiará à Câmara do Ensino Superior fazendo constar do expediente, além dos documentos necessários nos termos da Instrução em anexo (Anexo III) mais os seguintes:

I - a justificação do necessidade da indicação proposta; inclusive quanto a carga de trabalho e número de docentes no Departamento;

- II - número de turmas e aulas semanais, cursos e períodos, incluindo cursos de especialização, de extensão e de pós-graduação;
- III - cópia do parecer ou pareceres dos órgãos colegiados ouvidos;
- IV - declaração do interessado se exerce ou não outro cargo ou função pública, estadual ou municipal, acompanhada de explicação do tempo a ser dedicado ao Estabelecimento.

Artigo 4º - A indicação só se efetivará depois de aprovada pela Câmara do Ensino Superior.

§ 1º - A aprovação da indicação dos candidatos propostos terá validade de 4 (quatro) anos, devendo, salvo decisão ao contrário, ser renovada no fim desse período.

§ 2º - Da decisão da Câmara do Ensino Superior, contrária à indicação, cabe recurso do Instituto para o Conselho Pleno

Artigo 5º - A partir de constituirá condição necessária para o exame das indicações para Regentes dos Institutos de Ensino Superior mantidos pelos municípios, a apresentação, pelo interessado, de um dos seguintes documentos;

a - título de Professor Catedrático, Professor Associado ou Adjunto, Professor Assistente (Doutor ou Docentes-Livre), de Instituto de Ensino Superior Oficial;

b - diploma de doutor ou certificado de aprovação em defesa de tese de doutoramento, expedido por instituição universitária estrangeira;

c - diploma ou certificado de título obtido mediante estudos de pós-graduação;

d - certificado de curso de pós-graduação, de especialização na matéria a cujo ensino se propõe, desde que tenha extensão adequada, comporte à realização de provas ou exames de aproveitamento e que seja expedido por instituto de ensino superior, devidamente reconhecido, ou por instituição universitária estrangeira;

e - conjunto de obras publicadas (livros, monografias ou separatas) ou originais inéditos, no texto integral, relativos à matéria que se propõe a ensinar, ou estritamente afim, e cujo excepcional valor poderá compensar a ausência de um dos documentos citados nas alíneas anteriores;

f - prova de que está devidamente inscrito, para a defesa de tese de doutoramento, desde que acompanhada de declaração do orientador da tese.

Parágrafo único - Nos casos especiais em que os candidatos não se enquadrem nas especificações do artigo, serão considera das ainda, em caráter precário e por prazo certo, as indicações, desde que satisfeitas exigências consideradas necessárias pela Câmara, entre as quais se incluiriam:

a - exercício do magistério superior ou atividade profissional, ligadas à disciplina que irá lecionar o candidato

b - condições que a região ofereça para o aperfeiçoamento ou estudos de pós-graduação, do candidato.

Artigo 6º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de

Artigo 7º - Revogam-se as, disposições em contrario.

São Paulo, 21 de agosto de 1969

a) Conselheiro WALTER BORZANI

(ANEXO I)

NOME:- _____

DISCIPLINA:- _____

Natureza do título		Valores	Pontos obtidos pelo candidato	Total
- Universitários	Mestrado	10p		
	Doutoramento	15p		
	Livre docência	20p		
	Cátedra por concurso	25p		
				Total
- Didáticos	Experiência no ensino não universitário	0-2p		
	Cursos de graduação ministrados	0-5p		
	Cursos ext. ou especialização ministrados	2-5p		
	Curso pós-graduação ministrados	3-6p		
	Apostilas	0-5p		
	Livros didáticos	5-10p		
	Trabalhos didáticos publicados	0-5p		
				Total
- Científicos	Trabalhos científicos originais publi. no país e estrangeiro	País 5-15p		
		Estrang. 5-25p		
	Livros especializados	5-10p		

(continua)

	Trabalhos divul gação científi- ca	0-5p		
			Total	
4 - Profissionais	Área básica	0-5p		
	Área Profissio nal(aplicação)	0-20p		
			Total	
5- Administração	Em geral	0-5p		
			Total	
6 - Honorífecos	Em geral	0-5p		
			Total	
7 - Bôlsas estu- dos	Instituições nacionais	0-5p		
	Instituições estrangeiras	0-10p		
			Total	
8 - Cursos frequen tados(+)		0-5p		
			Total	
9 - Trabalhos apre sentados em Con gressos e Sim- pósios	Em geral	0-3p		
			Total	

(continua)

(+) Excluidos os específicos dos cursos de graduação

10 - Outras atividades	Em geral	0-5p		
			Total	
11 - Vida Escolar (++)	Notas obtidas	0-10p		
	Estágios	0-10p		
			Total	
			TOTAL GERAL	

(ANEXO II)

MODELO DE "CURRICULUM VITAE DE CANDIDATOS AO CORPO
DOCENTE DE INSTITUTO ISOLADO DE ENSINO SUPERIOR

1. Qualificação:

(Nome, data do nascimento, nacionalidade e naturalidade, profissão, estado civil, residência).

2. Formação universitária:

a - curso superior feito, escola, ano de graduação, data do diploma, número, data e órgão onde foi registrado;

b - histórico escolar do curso superior;

c - cursos de aperfeiçoamento, especialização; (+)

d - cursos de pós-graduação; (+)

e - títulos de livre docência, doutoramento, ou outros.

3. Experiência profissional:

(Atividades profissionais, após a graduação)

4. Experiência de ensino.

5. Publicações. (++)

6. Outras realizações;

(Pesquisas de que participou ou que orientou; patentes; projetos; encargos de administração ou direção, relacionados com sua formação profissional; conferência) (+++)

7. Associações científicas:

(Sociedades profissionais e científicas de que participa ou é membro correspondente)

8. Conhecimento de línguas e países estrangeiros.

(+) Pormenorizar o assunto, grau ou certificado obtido e instituição que os emitiu.

(++) Exclusivamente artigos publicados por periódicos reconhecidamente de alto nível no correspondente campo de conhecimento.

(+++) Conferências em instituições de padrão universitário .

9. Outros elementos de informação.

10. Referências:

(Nomes, cargos e endereços de três pessoas que possam ser consultadas sobre o candidato)

+ + +

(ANEXO III)

INSTRUÇÃO PROCESSUAL NOS TERMOS DO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO N.
, PARA O EXAME DAS INDICAÇÕES DE MEMBROS DO CORPO DOCENTE . DOS
INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR MANTIDOS PELOS MUNICÍPIOS

Art. 1º - Todos os expedientes encaminhados à Câmara do Ensino Superior deverão, autuados e protocolados no Conselho Estadual de Educação, ser instruídos na forma e ordem seguinte:

- I - ofício dirigido ao sr. Presidente da Câmara encaminhando a proposta de indicação;
- II - justificativa da necessidade da indicação proposta,
- III - quadro demonstrativo da carga didática semanal de todos os docentes do Departamento, incluindo-se o proposto, de acordo com o Anexo IV;
 - a - o nome do proposto devera estar sublinhado;
- IV - as atribuições detalhadas (numero de turmas, cargas, período, atribuições administrativas, pesquisas etc.) do docente a ser indicado, incluindo cursos de especialização, de extensão e de pós-graduação; V - cópias das manifestações dos órgãos colegiados ouvidos (art. 2º e 3º);
- VI - relatório ou resumo do processo de inscrição de candidatos, inclusive copia do edital, relação dos indicados e parecer conclusivo da Faculdade sobre os mesmos (se os houver);
- VII - declaração do interessado se exerce ou não cargo ou função pública federal, estadual ou municipal e em que condições (atribuições, horário e outros dados esclarecedores);
- VIII - "curriculum vitae" do interessado acompanhado dos comprovantes (Anexo II).

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º - Os processos de indicação já em andamento, e que não tenham tido solução até o presente momento, deverão ser informados e instruídos de acordo com a presente e devolvidos à Câmara.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º - As folhas dos expedientes deverão ser devidamente numeradas, rubricadas, e inutilizados os espaços em branco.

+ + +

CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR

Informação nº 498/69

A Câmara do Ensino Superior em sessão realizada a 25.8.69 aprovou, sem prejuízo das emendas que venham a ser apresentadas, o Parecer 349/69, favorável ao anteprojeto de resolução que trata de "normas para o exame da indicação do pessoal docente dos Institutos de Ensino Superior mantidos pelos municípios".

De ordem do Senhor Presidente da CES, encaminhe-se ao GP, para as providencias necessárias, devendo o processo ser enviado ao Conselho Pleno.

Em 26.8.69

as) Miranda

p/Secretario Executivo da CES.